



MIGRAÇÃO E CIDADANIA MIGRANTE NA AMAZÔNIA: UM DESAFIO? (SESSÃO TEMÁTICA 11)

Isis do Mar Marques Martins

Professora na Faculdade de Geografia e Cartografia/UFGA | isismartins@ufpa.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: A migração sob o olhar das e dos migrantes é um desafio para analisar políticas urbanas e regionais, assim como sua inserção dentro do debate acadêmico. Cidadania e cidade se entrelaçam aos movimentos cotidianos das mobilidades urbanas e apontam com franca sinceridade o contraditório. O objetivo deste trabalho é analisar a mobilidade intraurbana na região amazônica, em especial na Região Metropolitana de Belém, sob o olhar crítico aos processos de cidadania que são construídos no acesso a políticas públicas, bem como trazer à luz dos dados oficiais, o desafio de ler o planejamento urbano sob a ótica das migrantes e dos migrantes da/na Amazônia.

Palavras-chave: Cidadania; migrantes; mobilidade; mobilidade intraurbana; direito à cidade.

MIGRATION AND MIGRANT CITIZENSHIP IN THE AMAZON: A CHALLENGE?

Abstract: Migration from the perspective of migrants is a challenge for analyzing urban and regional policies, as well as its insertion into the academic debate. Citizenship and city intertwine with the everyday movements of urban mobility, revealing the contradictions with frank sincerity. The objective of this paper is to analyze intra-urban mobility in the Amazon region, particularly in the Metropolitan Region of Belém, through a critical lens on the citizenship processes constructed through access to public policies, as well as to shed light on the official data and the challenge of viewing urban planning from the perspective of migrants in the Amazon.

Keywords: Citizenship; Migrants; Mobility; Intra-urban Mobility; Right to the City.

MIGRACIÓN Y CIUDADANÍA MIGRANTE EN LA AMAZONÍA: ¿UN DESAFÍO?

Resumen: La migración desde la mirada de las y los migrantes es un desafío para analizar las políticas urbanas y regionales, así como su inserción en el debate académico. Ciudadanía y ciudad se entrelazan con los movimientos cotidianos de las movilidades urbanas, señalando con sinceridad las contradicciones. El objetivo de este trabajo es analizar la movilidad intraurbana en la región amazónica, en especial en la Región Metropolitana de Belém, desde una mirada crítica a los procesos de ciudadanía construidos en el acceso a las políticas públicas, así como poner de relieve, a partir de los datos oficiales, el desafío de ver la planificación urbana desde la óptica de las y los migrantes de/en la Amazonía.

Palabras clave: Ciudadanía; Migrantes; Movilidad; Movilidad Intraurbana; Derecho a la Ciudad.

INTRODUÇÃO

As cidades na/da Amazônia respondem a um processo peculiar, desigual e combinado entre a formação econômica e territorial do Brasil e sua fragmentação regional. Essa fragmentação responde sobretudo a duas matrizes de constituição territorial no país: a divisão político-econômica e os grandes centros de exploração oligopolista.

A primeira matriz, desde a ocupação dos portugueses no Brasil, possibilitou a espoliação econômica no tripé monocultura-latifúndio-escravidão, que vis-a-vis ainda encontramos heranças importantes mesmo na consolidação do processo de neoliberalização via capitalismo financeiro ligado à “comoditização” econômica advindos do modelo primário exportador (agronegócio, hidroelétricas e mineração). A Amazônia se torna o centro desse processo, e aqui destacamos os grandes empreendimentos e políticas de abertura da rota para o Pacífico, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Iniciativa para Integração para Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. Tais programas são os maiores propulsores da territorialização do capital pelo Estado e fomentaram – assim como fomentam – a inclusão da Amazônia na economia-mundo

Essa inserção do espaço amazônico contemporâneo é imbricada com o processo de comoditização do capital nacional atrelada à cadeia carne-grãos, a hidroelétricas e ao complexo mineral, porém desigual enquanto articulação regional da própria Amazônia, cujo reflexo é o desenvolvimento desarticulado e fragmentado na constituição de suas cidades. Repercutem assim diretamente na complexidade de suas microrregiões. Criam-se as “Company-Towns”, mas não se difunde o modo de vida urbano. As relações advindas de um processo de urbanização exógeno também impulsionam profundas desigualdades sociais e territoriais.

Como principal resultado, a periferização e seus desdobramentos vão além das lógicas centralizadoras das teorias urbanas convencionais. Carece nas cidades infraestrutura, assim como apresenta-se desarticulação dos circuitos espaciais. Esses elementos destacam que a regionalização do Brasil parte da técnica, e sua carência técnico-científico-informacional na Amazônia não é de inteira responsabilidade de quem a habita, mas é articulada por um processo histórico e dialético de desigualdade político-regional, onde os circuitos superiores agenciam a região concentrada, distanciando a Amazônia e a região Nordeste da tomada de decisões.

Reflete também na precarização dos serviços públicos, no atendimento e acolhimento a demandas diversificadas, entre indígenas, ribeirinhas e ribeirinhos, quilombolas e sobretudo em migrantes não falantes da língua portuguesa, indígenas e não indígenas. Como consequência, os pressupostos de cidadania e direito à cidade são atingidos e as políticas urbanas não são levadas efetivamente em sua integralidade.

Nesse sentido, o objetivo aqui é discutir sobre o impacto da migração – e dos migrantes na principal metrópole amazônica atual – Belém, a partir de sua região metropolitana. Sob o olhar das teorias migratórias, o crescimento populacional requer que dialoguemos com mais cuidado, pois a relação migração e cidade implica uma série de complexidades e trazem à tona a noção de cidadania e políticas públicas que, em grande medida, não abarcam as situações de mobilidade. Como objetivo principal, analisaremos aqui dados do crescimento populacional na Região Metropolitana de Belém – ou Grande Belém – mapeando e interpretando dados iniciais para discutirmos os pressupostos das políticas urbanas atravessadas na última década que se realizou o Censo Demográfico (2010-2022) com indicações dos possíveis processos de mobilidade interna e internacional decorrentes dos crescimentos ou retrações populacionais, bem como em especial os impactos das políticas municipais para migrantes na Região Metropolitana de Belém – ou Grande Belém.

Notadamente com os recentes dados do censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a migração encontra-se presente, seja na mobilidade urbana diária, ou na mobilidade residencial e nas migrações internacionais. Portanto, nossa hipótese é de que o impacto das diversas mobilidades na Região Metropolitana de Belém infere um dinamismo cujas políticas urbanas não são consideradas, e que as fontes primárias e secundárias não se articulam ao fenômeno.

Esse trabalho encontra-se articulado ao projeto de pesquisa “Cidades e gentes: mobilidades e permanências, cidadania e migração na Região Metropolitana de Belém”, que objetiva mapear os fluxos migratórios pela Região Metropolitana de Belém.

A primeira parte se trata dos pressupostos teóricos e críticos que atravessam a pesquisa, seguido da leitura dos dados e de relatórios produzidos pela política setorial e intersetorial voltada às migrações e migrantes internacionais pela Região Metropolitana de Belém.

METODOLOGIA

Os resultados aqui apontados são análises dos dados dos Censos de 2010 e 2022 no Brasil, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Analisaremos aqui a taxa de crescimento geométrico da Região Metropolitana de Belém (Grande Belém) e cidades do entorno, que já indicam, por si só, mobilidades intraurbanas.

Também serão utilizados relatórios de mapeamento elaborados pelo Núcleo de Acolhimento ao Imigrante e Refugiado (NAMR-FUNPAPA), que atende imigrantes e refugiados internacionais na cidade de Belém em entorno. Além de partilhar relatos diretos e indiretos de migrantes que são atendidos pelos serviços públicos pela cidade de Belém. Esses relatos estiveram presente em eventos promovidos pela Associação de Imigrantes Haitianos em Belém, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), NAMR,

Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal do Pará (UFPA), e migrantes e refugiados na região da Grande Belém.

Como pressupostos teórico-metodológicos, e como explicaremos adiante, defendemos o que Sayad (1998) aponta como paradoxo da migração e do movimento migratório ser um fato social total, (isto é, ser holístico e afetar a sociedade como um todo) o que implica que todo imigrante também é um emigrante, e que os fluxos migratórios são articulados. Da mesma maneira, Martins (2019) aponta que existem discursos distintos entre as políticas públicas em forma do Estado, da mídia, da sociedade e da perspectiva dos próprios migrantes sobre a espacialidade das políticas públicas no Brasil que impactam diretamente na cidadania e no direito à cidade.

Sobre o direito à cidade e a cidadania, discutimos sob as bases de Lefebvre (2011), Maricato (1999), Seyferth (2014). As questões que envolvem os marcos jurídicos sobre cidadania e política pública, na prática e em muitas vezes divergem, e nas experiências migrantes esse ponto fica mais latente. Outro fator importante é a diversificação intrametrópole dos processos de mobilidade, vis-à-vis os dados do IBGE e as comparações entre os censos de 2010 e 2022.

O ESPAÇO MIGRANTE: MIGRAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL

Quando tratamos aqui a representação e sua consolidação nas políticas de migração no país concordamos com Goettert (2008) quando sistematiza que houve no Brasil nascente como nação colonizada o trabalho e as diferentes representações de trabalhador. Tal concepção não respeitava a diversidade e as intenções do processo de mobilidade destes imigrantes, pois a política brasileira entendia esse processo como simples (o trabalho e o trabalhador migrante) ao mesmo tempo que operada de forma dual – o bom trabalhador e o trabalhador ruim; o vadio e o esforçado.

Daí decorre toda uma narrativa e uma herança na construção política e social que entende a migração e o migrante de maneira superficial. Da mesma maneira, a representação de migrante ideal e migrante indesejado partem da condição dualista de criação de tais políticas. Os bastardos e os indesejáveis eram aqueles que não concordavam com o ideal de trabalho e exploração da Coroa portuguesa, em seguida à ascendente república.

Observa-se algo mais amplo frente à criação das políticas de imigração no Brasil que formam um processo que tem repercussões até os dias atuais. A função e a forma da imigração, e seu investimento, tinham dois alicerces principais: a raça e o trabalho. Elas irão mais à frente se intensificar, à medida que os interesses representativos aos diversos processos de acumulação se diversificam.

Nesse sentido, não só as políticas migratórias se baseiam em classificações equivocadas, mas todo um constructo que relaciona as e os migrantes em estrangeiros no

lugar de chegada, e além, de que o trabalho é a principal forma de “uso” e “valor”, promovendo uma série de conflitos tanto no processo de permanência quanto nos estereótipos para com migrantes. Além disso, e quando se trata de imigrantes pobres, esse fator se potencializa.

Para a Constituição Brasileira de 1988, o exercício pleno da cidadania é intrínseco ao direito básico à educação. É importante assinalar que para tal base, a cidadania incorpora projetos inclusive de participação nas políticas urbanas, cabendo ao município de cada Estado brasileiro a competência de articular e produzir política que envolva o bem-estar de seus habitantes.

Em se tratando de Brasil, um país relativamente recente na historiografia do processo democrático que envolva questões mínimas de igualdade e liberdade, a cidadania é inclusa a pautas muito bem definidas, mesmo com uma constituição adquirida com os pilares da Declaração dos Direitos Humanos, assim como dos Direitos do Cidadão. Milton Santos enfatiza a necessidade de constatação de que nesse país ainda não há cidadania tal qual é concebida mesmo na modernidade.

Ser cidadão, perdoem-me os que cultuam o direito, é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos [...] É neste sentido que me pergunto se a classe média é formada de cidadãos. Eu digo que não. Em todo o caso, no Brasil não o é, porque não é preocupada com direitos, mas com privilégios. (SANTOS: 1997, p. 63).

Milton Santos possui uma visão crítica quanto ao papel da cidadania no Brasil. A cidadania se produz e é produzida com a consciência política, e, portanto, é um projeto ativo e coletivo que envolve conhecimento a apropriação do espaço. Porém, pensamos que embora não haja a inclusão da sociedade brasileira na cidadania de fato, e que há, assim como SANTOS (2000) vai definir como cidadania travestida de consumo, existem, e acreditamos que várias manifestações dentro e fora de espaços considerados à margem tanto da discussão quanto das potencialidades da cidade e da cidadania e que não abarca somente a classe média, resistem ao fato de que ocorre a omissão do debate e da chamada consciência política da e na cidade.

Nessa perspectiva, quando se trata de pensar o migrante, incluímos várias questões de ordem conceitual crítico-reflexiva, que encaram a cidadania do migrante enquanto problemática de uma relação de troca, já que sua migração foi forçada devido ao acúmulo do trabalho e relações entre capital e lucro. Em alguma medida, migrantes são vistos ora sem cidadania jurídica, ora participando parcialmente por ser considerado efêmero. É certo que há um discurso hegemônico do migrante ser um produto, um objeto personificado em seu valor de uso. Grupos migrantes, assim, são excluídos do papel de construir politicamente a cidade.

Conforme Holston (1996), cidadanias insurgentes são também lócus e foco de resistência a ações arbitrárias na cidade. Sabemos que quando urge no espaço o liberalismo

e sua nova roupagem do mesmo modelo – o neoliberalismo – a ideia de liberdade é mais ainda maquiada para uma liberdade pelo trabalho e consumo. A produção da cidade por agentes da sociedade civil organizada – e aí incluímos as migrantes e os migrantes – faz-se necessário para refletirmos a produção do espaço urbano e quais políticas efetivam a inerente participação migrante.

É, dessa forma, inegável que migrantes sob todos os ângulos construam e saibam de suas ferramentas e processos. Se há insurgentes cidadanias, é porque elas se manifestam a partir de uma maquiagem de cidadania. Não cansamos de ouvir em propagandas e anúncios na grande mídia, por exemplo, que o ato de pedir uma nota fiscal é (sabe-se lá o motivo), um exercício da cidadania. Esse é um exemplo dos vários que podemos destacar do quão engendramentos de cidadania são expostos como barganha de sedução de uma representação de cidade perfeita, produto de relações de troca superficiais.

Preocupa-nos que este discurso é também o discurso que envolve a representação da soberania neoliberal, isto é, se o Estado moderno finca as bases da cidadania no representante do Estado-nação, o soberano agora é o representante e representado estabelece as bases da cidade, do que é cidade e da cidadania. Com o processo de financeirização e incrementação tecnológica no sistema de produção capitalista financeiro já na contemporaneidade, a cidadania torna-se o revés de uma liberdade produtora para uma liberdade produzida pelo soberano, que pode ser tanto incorporado como política pública a partir do Estado quanto das próprias alianças que o Estado, conveniente e mais que participe, alicerça suas bases espaciais.

Não esqueçamos que quando falamos em qualidade de vida, não é possível apartá-la ao ponto de mascarar as discrepâncias sociais e espaciais da desigualdade e do bem viver. Qualidade de vida envolve e permeia todo um espaço de equipamentos que funcionem e que efetivamente constroem e garantam a vida de um ser humano, não por assistencialismo ou necessidade, mas porque somos também parte desse mecanismo, desse aparato quando elegemos representantes e seja lá como for, provemos e construímos dia a dia, no nosso cotidiano, nossa própria cidadania, seja formal, informal emergente, insurgente ou simplesmente contestada enquanto força arbitrária.

Também, quando tratamos de insurgências de cidadania, e até insurgências de cidade, surge tanto do prisma do intelectualismo quanto do Estado, múltiplos discursos insurgentes também. Tais discursos vem ora de lideranças locais, atores sociais, moradores, dentre outros, engendram um grupo, ou uma determinada organização. Não aqui querendo defender qual o melhor ou pior linguagem, no amplo sentido da palavra, que ampare todas as relações possíveis com a cidadania, mas custa-nos hoje pensar também nos agenciamentos que se geram em discursos que muitas vezes legitimam o poder e as formas de consolidar o mando, a voz do mando, a linguagem do mando. Também, até que ponto a voz que parece ser a voz dos *de baixo* é muitas vezes máquina política, e se faz de um senso comum afim de *abaixá-la* mais ainda.

Quando tratamos de cidadania na região amazônica, muitas são as complexidades regionais e socioespaciais envolvidas na formação e produção das cidades na/da Amazônia (Trindade Jr, 2010; Castro, 2012; Ribeiro, 2020). Muitas também são as bibliografias que permeiam o tema da mobilidade residencial, sobretudo a tipicamente urbana e dos projetos migratórios na literatura geográfica anglo-saxã e europeia. Mas poucos são os geógrafos no Brasil que se debruçam sobre o tema numa perspectiva plural e não monista, isto é, que saiam ora da perspectiva quantitativa, ora de uma reflexão das subjetividades (Martins e Antunes, 2024; Dota, 2023; Dota e Martins, 2024; Dota, Martins et.al, 2024). Da mesma maneira, quando tratamos de mobilidade e migração, não nos atentamos para todo o seu complexo significado, como migrações forçadas, mobilidades por fatores ambientais, políticos e humanitários, ou mesmo a imobilidade involuntária por condicionantes imperativos, como a pobreza e a vulnerabilidade nas periferias.

Outra questão importante são as políticas públicas atravessadas em contextos peculiares, como povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas e seringueiros que se inserem em uma dinâmica muitas vezes adversa às suas trajetórias ou, como autores estadunidenses apontam, "life-cycles" ou "life-courses" (Pred, 1981; Preston, Laffert, Hamilton, 1983; Hoschchild, 1996; Bailey, 2009), cujas mobilidades são promovidas por diversos condicionantes também de vulnerabilidade. Ainda não obstante, há o contexto das novas mobilidades internacionais originárias e urbanas, como o caso dos indígenas venezuelanos Waraos, cubanos, colombianos e haitianos pela Amazônia.

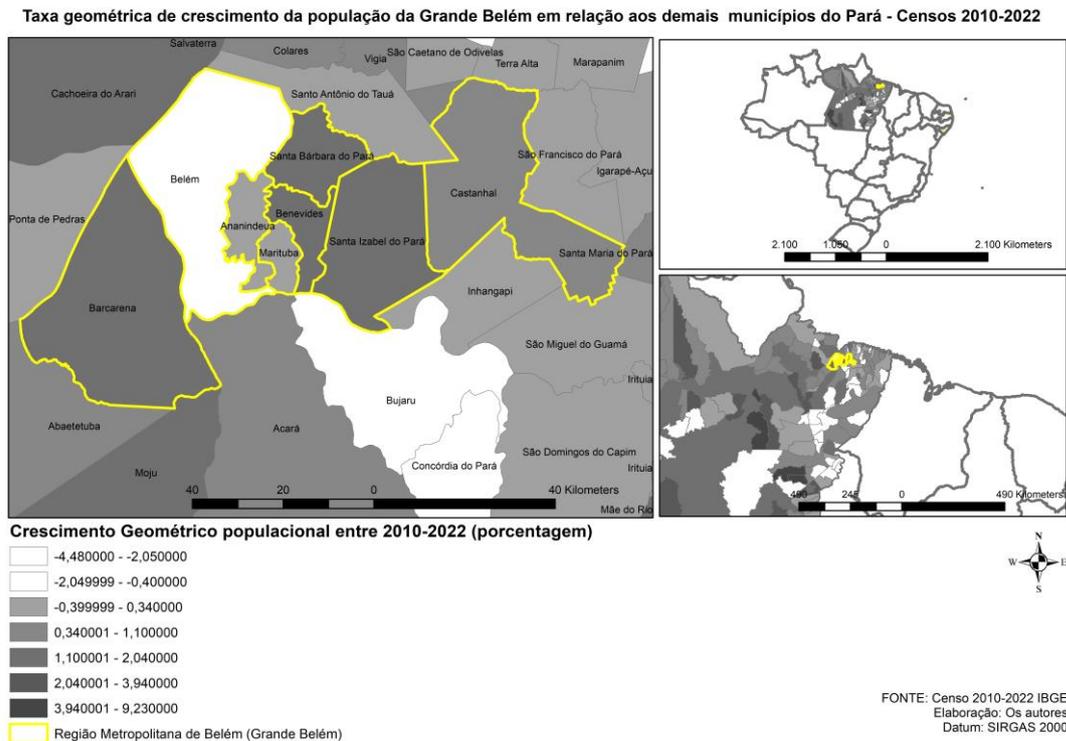
MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE PELA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

A Região Metropolitana de Belém, ou Grande Belém, foi definida em 1973 e conta atualmente com 8 municípios: a capital, Belém; Ananindeua; Marituba; Benevides; Santa Bárbara do Pará; Santa Izabel do Pará; Castanhal e Barcarena. Segundo dados do Censo de 2022, concentra um terço da população de todo o estado do Pará.

Apesar do dinamismo e intensos processos migratórios ocorridos em meados da década de 1950 e presentes até 2010, hoje se vê uma tendência nacional de diminuição da população nos centros metropolitanos, tal como observado na cidade de Belém. Isso não significa uma desconcentração do fluxo migratório, mas um curioso dinamismo desse processo e um aumento da mobilidade residencial intrametropolitana. Essa mobilidade reflete no crescimento populacional dos municípios do entorno, bem como na expansão das cidades médias. Considerando o dinamismo econômico e social do estado do Pará na intensificação e expansão da fronteira do capital a partir da produção de grãos, extração madeireira e garimpeira, bem como dos complexos hidroelétricos, ocorre mobilidades – em amplo sentido – que impulsionam novas hierarquias urbanas, ao mesmo tempo em que

crece as disparidades entre fluxos do capital e o efetivo desenvolvimento das cidades (Ribeiro, 2020).

Mapa 1 – Taxa Geométrica de Crescimento pela Grande Belém entre 2010 a 2022



FONTE: IBGE, censos 2010-2022.

O mapa 1 possui muitas camadas de informação que nos interessa. Ele se refere ao crescimento geométrico dos municípios do Estado do Pará – em destaque a Região Metropolitana de Belém e seu entorno. Em branco estão os municípios que perderam população entre os censos de 2010 e 2022, e em escalas de cinza, e por níveis de gradação e porcentagem, o crescimento de uma década entre as cidades.

Como já exposto, Belém passou de 1.303.403 habitantes para 1.213.407, uma perda populacional de quase 90 mil pessoas, isto significa uma taxa decrescente de -0,55%, uma perda maior que municípios próximos, como Bujaru e Concórdia do Pará (em torno de -0,4%). Ao passo que todas as cidades da Região Metropolitana ganharam população, em destaque a Barcarena, Benevides, Santa Izabel do Pará e Castanhal. Esse aumento se associa, em primeiro lugar, a lógica minério-boi-carne-grãos de expansão econômica e de descentralização das grandes metrópoles urbanas, fenômeno que ocorreu em boa parte do país e, em segundo, ao dinamismo populacional promovido por mobilidades intraurbanas entre Belém e as cidades da Região Metropolitana.

Esse segundo aspecto é de suma importância, pois vários são os fatores que acarretam na mobilidade intraurbana. Os processos migratórios urbanos se constituem um desafio pela sua diversidade e pluralidade, e seus sujeitos, em grande medida, são

considerados à parte como agentes de produção de cidadania e direitos efetivados no cenário e na produção do espaço urbano (Corrêa, 2006; Lefebvre, 1999; Santos, 1994; Santos e Silveira, 2001).

Conforme Dota e Martins (2024), fatores que impulsionam a mobilidade interna, e aí consideramos também a mobilidade residencial, são impulsionadas pela indissociação da motivação com a habilidade por migrar (Dota e Martins, 2024). Fatores não só econômicos, mas também sociais, redes de apoio, suporte de políticas públicas setoriais e intersetoriais articulam esse duplo agente. Portanto, adicionados esses elementos à renda e a periferização como preponderantes para a decisão de migrar, respondem em alguma medida à perda populacional na capital Belém, e a busca pela qualidade de vida no entorno.

Cardoso *et. al.* (2015) aponta uma discussão de suma importância para um discurso falacioso de que a perda ou redistribuição populacional de Belém tendência a uma possível descentralização regional, e até uma *desmetropolização*. O que ocorre é o contrário: os fluxos promovem ainda mais fixos, dinamizando a rede metropolitana e centralizando o poder de comando e articulação dos fluxos econômicos para a capital.

Nesta perspectiva, a ideia de desmetropolização poderia ser descartada, ao se reconhecer a nova inserção do espaço metropolitano de Belém na dinâmica territorial em curso na região. O que geralmente se observa é um reforço da urbanização desconcentrada, culminado assim num processo de metropolização ainda mais intenso, reforçado pelo fato de que o desenvolvimento expansivo da metrópole é determinado mais pela abrangência de processos territoriais do que propriamente por limites administrativos (Cardoso *et.al.*, Pp 213-214, 2015).

Conforme relatório do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)¹, apesar da gradativa redução da cesta básica em 2024, a média do valor de Belém está entre as maiores do país, pouco abaixo de Brasília, Goiania e Belo Horizonte. Em consulta ao site de aluguéis Quinto Andar², é possível verificar que a média do aluguel na cidade de Belém custa cerca de R\$ 2.400,00, um valor extremamente alto. Aliado a descentralização urbana, há o reflexo da diminuição do acesso aos serviços públicos, mas que o custo-benefício de morar na capital da Região Metropolitana não se torna atrativa.

Se para com a mobilidade residencial esse fenômeno é intenso, com relação às migrações internacionais, o impacto da mobilidade entre a Região Metropolitana de Belém se deve sobretudo ao custo de vida na capital, mas há um intenso dinamismo de articulação de serviços e atividades intraurbanas. Conforme relatado em reunião promovida pela Associação

¹ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/cesta/produto>.

² 16º Censo Imobiliário de Belém e Ananindeua traz resultados referentes ao 1º tri de 2022. CBIC, 19/05/2022. Disponível em: <https://cbic.org.br/16o-censo-imobiliario-de-belem-e-ananindeua-traz-resultados-referentes-ao-1o-trimestre-de-2022/#:~:text=Analisando%20a%20oferta%20por%20ano,metragem%20m%C3%A9dia%20%C3%A9%20de%2036m%C2%B2>.

de Imigrantes Haitianos de Belém³, fundada em 09 de junho de 2023, o que mais afeta os imigrantes é o preconceito no uso de equipamentos públicos, onde há um despreparo de profissionais no atendimento a estrangeiros e na promoção básica de direitos regidos pela constituição no que tange à cidadania.

Ainda com relação à migração internacional, conforme dados do Núcleo de Acolhimento a Migrantes e Refugiados de Belém (NAMIR)⁴, foram atendidos nesta instituição 4.776 imigrantes recém-chegados em Belém, entre 2020 a 2023. Desses, cerca de 70% são venezuelanos, em especial da etnia *Warao*. Há uma série de especificidades entre a população indígena *Warao* que envolve uma histórica migração forçada de seus locais de origem, o que em muitos casos pressupõe que são considerados um povo nômade, o que de fato não ocorre.

Em relatório produzido pela instituição, é possível verificar que as comunidades migrantes se concentram no distrito de Outeiro, há 31 quilômetros de Belém, em situações de extrema precariedade e vulnerabilidade social. Há notadamente uma concentração das condições de miserabilidade que atinge migrantes internacionais pelas dificuldades de se encontrar nos princípios de cidadania promulgados pelos marcos jurídicos constitucionais, que permitem acesso a moradia, saúde, educação, trabalho e dignidade, e que envolve as dificuldades no deslocamento e na própria mobilidade de serviços.

Nesse sentido, e tal como em Martins (2019), não há como pensarmos em somente uma mobilidade urbana. Mas a mobilidade como um conjunto diverso e plural que não só atinge o caráter intraurbano, e sim os múltiplos papéis e espectros da mobilidade que afetam – no sentido de transformar, impactar – a cidade e o urbano. É também uma estratégia teórica e metodológica a fim de atingir não somente a mobilidade do capital e a fluidez do mercado nacional e supranacional, que centraliza a renda e a economia para Belém, mas aparta a população que diverge da lógica financeira contemporânea.

A cidade de Belém conta hoje com um ativo especulativo robusto, atraindo a economia regional de um estado de grandes fronteiras, mas também regional-global, pela sua diversificação econômica e novas centralidades intrarregionais. Além disso, será palco da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30). Vê-se que a mobilidade urbana vai além da fronteira do deslocamento diário ou cotidiano, e sim da diversidade de agentes afetados pelas políticas e pela especulação financeira – ou não. Fica claro, assim, que migrantes e refugiados, secundários no papel de dinamismo da mobilidade urbana do capital são pouco atingidos pelos impactos das bondades e benesses do desenvolvimento metropolitano.

³ Reunião promovida pela ACNUR, Cátedra Sérgio Vieira de Melo da UFPA e Associação de Imigrantes Haitianos em Belém do Pará, que contou com estudantes de outros países e esclareceu dúvidas sobre empregabilidades, assistência social e educação, com os principais agentes públicos municipais.

⁴ Dados encontrados nos relatórios de atendimento do NAMR, não disponibilizados para o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM SÓ DESAFIO?

A pergunta do título, portanto, fica: pensar em cidade e cidadania migrante e para migrantes em sua diversidade de escalar é só um dos desafios que eles transmitem e encaram, além do pluralismo das problemáticas urbanas?

A proposta de pensar em mobilidades urbanas no plural visa posicionar o quão é importante analisar o espaço urbano sob a ótica do movimento das pessoas e produzirmos conhecimento não daquilo que encadeia um urbano, mas a produção de estratégias de resistência face às adversidades vistas nas cidades, sob à luz do contraditório.

Este trabalho também articulou dados recentes do IBGE e de outras fontes institucionais locais para entender o quão dispersa se encontra a discussão e a prática da cidadania a considerar as migrações, em todas as suas interfaces. Consideramos também que essa relação é também paradoxal na relação do migrar enquanto movimento inerente e múltiplo, e na contradição da produção do espaço urbano inundado de ideologias e estruturas da máquina capitalista, que se insere no escopo das próprias relações espaciais entre o migrante e a cidade. Para tanto, entendemos que a análise dessa relação entre o urbano e a cidade envolve o papel político que se estabelece na fronteira do processo de urbanização e no contexto em que a ocupação (legítima) da sociedade na urbe introduz projetos e discursos que ratificam ideologias e contradizem cidadanias, sejam elas insurgentes ou não.

Nessa perspectiva, a qual se critica e opõe, tem sido criado uma impressão e um esforço de análise de pensar e propor o mundo como fluido e global, desinteressado e dissolvido de fronteiras e barreiras, onde, mesmo que de forma indireta, a igualdade e a sociabilidade se intensificam por meios técnicos modernos e sofisticados. Mesmo nas discussões mais críticas, sempre temos a impressão de que a interpretação corrente do capitalismo global envolve a dissolução de fronteiras e a construção de um Estado paradoxalmente multi, porém uno, que incorpora redes de poderes e produzem a hegemonia globalizante e totalizante. Ora, ao desvendarmos no mais próximo possível, em um exemplo mínimo, perceberemos o quão ainda se pode produzir barreiras e fronteiras institucionalizadas e/ou localizadas, seja no nosso corpo, seja na atuação do Estado em fazer políticas públicas. Tal como o movimento das barreiras e fronteiras, a mobilidade humana se apresenta cada vez mais como uma ameaça à chamada cidadania e à ordem impositiva nas grandes cidades.

Nesse sentido, muitos e múltiplos são os desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLING, J. Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28:1, p. 5-42, 2002.
- CARLING, J.; COLLINS, F. Aspiration, desire and drivers of migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. V. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.
- CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, N. 6, P. 945-963, 2019.
- CARLING, J; MJELVA, M. B. Survey instruments and survey data on migration aspirations. QuantMig Project Deliverable D2.1. Southampton: University of Southampton, 2021
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, v25, n. 64: Salvador, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DOTA, E. M. Migração e família: elementos para reanimar o debate sobre a Geografia da população no Brasil. In: DOTA, E. M.; ROBAINA, I. M. M.; APARICIO, C. P. A.;
- DOTA, E.; MARTINS, I. Aspiração por mobilidade residencial em grandes aglomerações: entre a mobilidade residencial e a mobilidade social. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 17, n. 3, p. 65–81, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i3.75926. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/75926>. Acesso em: 27 maio. 2024.
- Dota, E. M., Martins, I. M. M., Aparicio, C.A. P., Robaina, I. M. M. (2023). Um percurso metodológico nas periferias de uma metrópole brasileira: família, aspirações e mobilidade residencial. *Bitácora Urbano Territorial*, 34(I): 83-96. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v34n1.112049>
- CARDOSO, Ana et al . A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. *EURE (Santiago)*, Santiago , v. 41, n. 124, p. 201-223, sept. 2015 . Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612015000400010&lng=es&nrm=iso>. accedido en 29 nov. 2024. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612015000400010>.
- GOETTERT, Jones Dari. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: UFGD, 2008.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidadania*. N° 24: IPHAN, 1996.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE. 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE. 2024.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

MARTINS, I. M. M. Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, I. M. M. (org.) Família, habitação e mobilidade residencial na metrópole: contribuições a partir da geografia da população. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

MARTINS, I. do M.; ANTUNES, K. A geografia das mulheres nas famílias brasileiras periféricas : gênero e política no espaço familiar. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 74–101, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivrearticle/view/2914>. Acesso em: 27 maio. 2024.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Rede urbana e interações espaciais na Região Nordeste do Pará. Belém : EDUEPA, 2020.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SAYAD, Abdelmalek. O migrante e os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, giralda. O Estado brasileiro e a imigração. Caminhos da migração. SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina; PÓVOA NETO, Helion; GOMES, Charles (Org.). Rio de Janeiro. Léo Christiano Editorial, 2014.

TRINDADE JR, Saint Clair. Cidades na floresta: os “grandes objetos” comom expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. Revista IEB. N. 50: São Paulo, 2010.